

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL E DA ARGENTINA: NOVOS RUMOS DO MERCOSUL

CONSTRUCTION OF BRAZIL AND ARGENTINA'S EXTERNAL POLITICAL IDENTITY: NEW DIRECTIONS FROM MERCOSUR

Amaro Clementino Pessoa¹

Joao Alvares dos Prazeres²

RESUMO

O Brasil ocupa papel de destaque dentro da política externa da América Latina e é considerado um potencial líder político regional no âmbito internacional. Este processo decorre de uma longa tradição histórica de sua política exterior que sempre se mostrou ativa, mesmo dentro da ótica de uma política *soft power*. Assim, em uma análise comparativa com a Argentina, que também possui forte influência na política internacional, este trabalho visa fazer uma digressão histórica a respeito da construção da identidade da política externa do Brasil e da Argentina, os dois maiores Estados partes do MERCOSUL, e, ainda, aborda como estes fatores históricos e de interesses atuais afetarão os rumos do MERCOSUL e consequentemente da política externa da América Latina.

Palavras Chaves: política externa, Brasil, Argentina, MERCOSUL.

ABSTRACT

Brazil occupies a prominent role within the foreign policy of Latin America and is considered a potential regional political leader at the international level. This process stems from a long historical tradition of its foreign policy that has always been active, even within the perspective of a soft power policy. Thus, in a comparative analysis with Argentina, which also has a strong influence on international politics, this work aims to make a historical digression regarding the construction of the identity of the foreign policy of Brazil and Argentina, the two largest MERCOSUR member states, and It also addresses how these historical factors

¹ Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco; Conselheiro da OAB Subseção Olinda-PE; Membro da Academia de Letras Jurídicas de Olinda; Membro da Academia Pernambucana de Direito do Trabalho; Professor Universitário; Advogado. Email: amarsport@ibest.com.br

² Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda; Pós-graduado em Direito Público pela Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco; Pós-graduado em Estudos em Perícias Forenses, Criminologia e Medicina Legal pela Faculdade INESP; Pós-graduado em MBA em Gestão Jurídica do Poder Judiciário pela Faculdade Inespe; Mestrando em Ciências Jurídicas pela Universidad Del Sol. Advogado. Email: joaoalvaresprazeres@hotmail.com

and current interests will affect the direction of MERCOSUR and, consequently, Latin America's foreign policy.

Keywords: foreign policy, Brazil, Argentina, MERCOSUR.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa papel de destaque dentro da política exterior da América Latina, tendo em vista a sua desenvolvida atuação na política externa mundial, sendo o principal representante regional em vários órgãos representativos internacionais, tendo, inclusive, figurado por diversas vezes no Conselho de Segurança da ONU, como membro não permanente.

A sua influência política foi construída ao longo da história a partir da construção de sua identidade de política exterior pautada em decisões moderadas, mas, com uma posição firme dentro da ótica da política externa *soft power*.

Assim, diferentemente de outros países da América Latina que possuem poderio econômico e social tanto quanto o Brasil, como o Chile por exemplo, o que se percebe é que os demais países do cone sul ainda estão na fase de construção de uma identidade política interna, o que os impede de desempenhar papel de protagonista no âmbito internacional.

Nesta ótica, no tocante ao Brasil, é fato que os processos econômicos também influenciaram sobremaneira a construção da sua identidade da política exterior, pois o reflexo das posturas econômicas ora liberais, ora sociais, foram dando contornos às posições políticas e estratégias de alianças que se formaram ao longo da história da América Latina.

Atualmente o mundo global exige dos Estados uma proatividade em relação aos acontecimentos mundiais e não é possível conceber a existência de um Estado isolado, razão pela qual a discussão a respeito da identidade da política externa do Brasil e da Argentina - os grandes protagonistas do MERCOSUL - se faz necessária para delinear a política externa do próprio MERCOSUL, pois cada vez mais se tem avançado nas negociações mundiais sobre diversos setores como economia, segurança, meio ambiente, e este panorama sem dúvidas coloca toda a América Latina em evidência no cenário mundial.

Desta forma, o presente trabalho busca investigar o processo de construção da identidade da política exterior do Brasil e da Argentina, bem como traçar os novos rumos do MERCOSUL.

2. INTEGRAÇÃO EM POLÍTICA EXTERNA

A aproximação entre Brasil e Argentina no campo de política externa e segurança ocupa um papel menos relevante no processo de integração entre os dois países, embora mereça maior destaque. O comportamento de ambos frente a terceiros Estados ou temas externos ao bloco é uma dimensão complexa do processo, que envolve tanto as atividades externas do Mercosul como grupo, orientadas para o campo econômico, quanto questões mais variadas de política internacional.

No contexto dos anos 90, a formação de grupos regionais e arranjos de cooperação inter-regionais passaram a ser um instrumento freqüente das diplomacias nacionais. Para Brasil e Argentina, poderia ser importante trabalhar a partir de um arranjo de integração que lhes permitisse consolidar tanto a posição de negociação com terceiros Estados, quanto em um contexto de integração mais amplo do continente latino-americano. No que diz respeito aos temas mais políticos, a conformação de um arranjo deste tipo poderia favorecer a projeção externa dos seus países-membro.

Mas nem sempre estas percepções prevaleceram na atuação de ambos os países. Enquanto as atuações do bloco no campo comercial estão previstas formalmente, o Tratado, ao contrário, não faz referências concretas às articulações frente a questões políticas externas, deixando-as em aberto. Trata-se de uma área sensível que Brasil e Argentina reivindicam como de soberania nacional e em que, durante a década, as opiniões não foram sempre coincidentes.

De forma complementar ao processo de integração econômica interno ao bloco, no campo das relações econômicas externas – com especial destaque para o comércio internacional – durante a década anterior, Brasil e Argentina mantiveram perfis diferenciados: enquanto o Brasil mantinha uma postura mais protecionista, a Argentina adotava um comportamento mais liberalizante. Na sequência da assinatura do Tratado de Assunção, as duas chancelarias buscaram espaço e reconhecimento internacionais com a apresentação da nova iniciativa de integração. O Mercosul buscou, então, atuar como instrumento aglutinador.

Em 1991, começaram negociações de acordos comerciais com parceiros externos, que tomaram corpo com a assinatura de um acordo entre os quatro integrantes do Mercosul e os Estados Unidos, assim como nas gestões diplomáticas junto ao Pacto Andino, a países asiáticos e à União Européia. Esta interação conjunta também se deu com organismos internacionais, como a FAO e o BID, através dos grupos de trabalho.¹¹

A assinatura do Protocolo de Ouro Preto, no final de 1994, trouxe para o Mercosul uma personalidade jurídica para a negociação de acordos internacionais, dando um novo impulso às relações econômicas exteriores do grupo. Em 1995, foi assinado um Acordo Marco de Cooperação com a União Européia e, em 1996, acordos de associação e livre comércio com o Chile e a Bolívia. Mais recentemente, o processo de negociação da formação da Alca tem sido discutido nos marcos do esquema de integração e o diálogo estabelecido com a União Européia vem sendo mantido e aponta para a conformação de um acordo de livre comércio entre ambos a médio prazo.

Este avanço das negociações no campo comercial foi possível a partir da conformação, no mesmo Protocolo de Ouro Preto, de uma Tarifa Externa Comum, elevando o bloco à união aduaneira. Implementada a partir de janeiro de 1995, chegou neste ano a abarcar grande parte do comércio exterior dos países-membro. Contudo, conforme visto no item anterior, convive com limitações.

No entanto, vem sendo em política externa e segurança em geral que uma integração entre ambos se coloca como mais difícil.¹² Durante a década de 80, quando houve os primeiros passos de aproximação entre Brasil e Argentina, havia uma coincidência entre as linhas gerais de suas atuações externas. Durante os governos de Sarney e Alfonsín, os dois países mantiveram perfis mais próximos em torno de um padrão de política exterior mais autônoma. Enfrentaram temas comuns, como questões da dívida externa, o processo de redemocratização, a participação conjunta em foros latino-americanos (como Cartagena, Apoio e, em seguida, o Grupo do Rio) e a vontade política de revigorar uma política de integração na região.

Na passagem para os anos 90, a política externa argentina experimentou uma inflexão drástica, orientando-se no sentido de um alinhamento claro aos Estados Unidos, afastando a trajetória dos dois países nesta área. Em 1990, a decisão unilateral da Argentina de participar da Guerra do Golfo inaugurou um período de divergências em temas relevantes ligados a democracia e direitos humanos – centrais para a política externa norte-americana – e outros como o embargo dos Estados Unidos a Cuba, ao qual a diplomacia argentina evitou críticas, como a ampliação dos poderes da Organização dos Estados Americanos para intervenções diretas frente a casos de riscos ao regime democrático. No espectro mais estratégico, manifestaram-se divergências em relação à composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas, junto com a opção argentina pela aliança nesta área com os EUA.

A política externa brasileira do período também viveu modificações no início dos anos 90, com a chamada crise de paradigma que abriu espaços para divergências no interior da corporação diplomática. Contudo, a ascensão de Itamar Franco à presidência da República deu um fôlego maior à vertente mais desenvolvimentista de política externa – embora evitando enfrentamento com os Estados Unidos –, abrindo um fosso em relação ao comportamento alinhado da Argentina. Enquanto a percepção da diplomacia argentina da ordem internacional apontava para um mundo com o predomínio nítido de uma potência, a visão brasileira percebia o cenário como das "polaridades indefinidas".¹³

O Plano Real e a presidência de Cardoso os aproximaram no campo de política econômica e de atividades econômicas externas do grupo, e acercaram um pouco mais as visões de mundo em política externa dentro de padrões dominantes de um ordenamento de estilo neoliberal, mas mantendo sempre forma de inserção e grau de autonomia distintos. No entanto, neste marco, foram conformando-se esforços de unificação de posições entre ambos em foros latino-americanos como o Grupo do Rio e a OEA (embora com resultados às vezes de malabarismo diplomático), e no Grupo dos Quinze.

Esta aproximação não foi suficiente para superar problemas de fundo de caráter mais estratégico. Embora exista uma preocupação brasileira de atuar nos marcos do Mercosul como mecanismo de ampliação de sua inserção internacional, isto não se vem traduzindo em uma liderança propositiva de sua diplomacia. A Argentina, por seu turno, manteve os Estados Unidos como principal referência de seu comportamento externo no campo de política internacional (deixando o Brasil mais como aliado comercial) e mostrou-se sensível a qualquer sinal de proeminência de seu parceiro na região.

Um campo onde as divergências se apresentaram com clareza foi o em relação às Nações Unidas e suas Operações de Paz. No nível da reforma de seu Conselho de Segurança, a candidatura brasileira a membro permanente foi rechaçada pela Argentina. Por outro lado, no que se refere às participações nas Operações de Paz, o Brasil resguardou suas atuações em Operações que guardavam convergência maior com interesses brasileiros, enquanto a Argentina vem decidindo pela participação a partir de estimativas globais. Também vem dando maior apoio a operações de paz por fora dos marcos das Nações Unidas, como no caso da operação da Otan em Kosovo. Como agravante, passou a ocupar a posição de aliado extra-Otan dos Estados Unidos.

No âmbito da segurança de caráter mais regional existem, em contrapartida, mais pontos de convergência.¹⁴ Entre ambos, desde 1980 não se percebe mais ameaça mútua e a

região do Rio da Prata deixou de ser centro de atuação das duas Forças Armadas. Os esquemas de segurança de ambos os países foram modificados, deixando de ter como referência as hipóteses de conflito. De fato, a localização territorial dessas forças mudou, assim como vêm desenvolvendo atividades conjuntas como exercícios anuais, intercâmbio de oficiais e suboficiais, encontros de Estados Maiores, visitas a unidades e comandos. Em 1997, houve a primeira reunião do "Mecanismo de Consulta sobre Defesa e Segurança Argentino-Brasileiro".

Dentro ainda do terreno estratégico, outra área importante de cooperação em política externa diz respeito à política de não-proliferação de armas nucleares. Uma área que, marcada por uma preocupação militar, era anteriormente objeto de desconfiança mútua e competição, em 1985, com os presidentes Alfonsín e Sarney, iniciou a trajetória de aproximação com o estabelecimento de uma comissão conjunta de política nuclear. Em 1990, foi assinado um acordo que previa a criação de mecanismos de verificação, desanuviando as relações bilaterais. Em 1991, foi criada a Agência Brasil-Argentina de Contabilidade e Controle de materiais nucleares (ABACC) e assinado o Acordo Quadripartite entre esta, Brasil, Argentina e a Agência Internacional de Energia Atômica. Em 1994, ambos ratificaram o Tratado de Tlatelolco e, entre 1995 e 1997, assinaram o Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares. Esta integração de suas políticas nucleares coordenadas com uma aceitação das disposições internacionais dominantes sobre o tema contribuiu para que o Mercosul aparecesse como um parceiro mais confiável frente aos Estados Unidos e à União Européia.¹⁵

O cenário atual de cooperação no campo de política externa encontra-se neste estágio de indefinição, incluindo áreas de aproximação como a nuclear e âmbitos de divergências como as questões mais gerais de caráter político-estratégico e o posicionamento frente aos Estados Unidos. As diferenças entre as posições de ambos que se apresentaram inicialmente em relação a uma eventual intervenção na Colômbia com vistas a deter o avanço da guerrilha e a reivindicação recente da Argentina – sem êxito – de incorporar-se à Otan seguem apontando para as dificuldades assinaladas. Esta reivindicação foi feita no momento de uma crise nas relações econômicas de ambos, complicando, assim, mais ainda o diálogo.

No entanto, é importante ressaltar que estas ações mais radicais de alinhamento aos Estados Unidos da diplomacia argentina não traduzem um consenso interno no campo de política externa e que o resultado da eleição presidencial poderá modificar o cenário de sua política interna. A possibilidade de articulação das políticas externas entre Brasil e Argentina não está descartada e, apesar de se tratar de um campo difícil, poderá prestar bons serviços à

inserção internacional de ambos. Um mecanismo regular de consulta e cooperação no modelo da Cooperação Política Européia,¹⁶ que, resguardando um espaço para as divergências, proporcione um marco incentivador desta cooperação, poderia ser adotado com benefício para os dois lados.

3. INTEGRAÇÃO NO CAMPO CIENTÍFICO

A integração entre Argentina e Brasil no campo da ciência e tecnologia também não tem acompanhado o ritmo da integração comercial, ao contrário, trata-se de esforços ainda incipientes. Embora existam interesses comuns, como ampliar as fronteiras do conhecimento e avançar em termos tecnológicos, existem diversas barreiras para esta integração.

A primeira delas diz respeito à importância que cada um dos dois países dá ao avanço neste setor. O desenvolvimento da cooperação científica, embora possa ser marcado por participações do setor privado, apoia-se basicamente em orientações do setor público, que deve implementar políticas para este fim. Deve atuar de forma complementar às iniciativas privadas e como coordenador do conjunto de empreendimentos nesta área.¹⁷ No Brasil e na Argentina, as políticas públicas de ciência e tecnologia enfrentaram historicamente dificuldades pelo seu isolamento no conjunto das políticas públicas, falta de recursos e fraqueza das instituições responsáveis.

A segunda se refere às diferenças existentes entre as políticas científicas e as questões de titulação e ensino universitário nos dois países. No Brasil, a institucionalização da ciência teve um pouco mais de sorte, tendo experimentado um desenvolvimento mais significativo – embora instável – desde os anos 70. No caso argentino, apesar do sistema universitário ser mais antigo, esta preocupação foi menor nos últimos anos. Isto agravado pela emigração de muitos pesquisadores, em função da forte repressão política dos governos militares.

A última barreira, não menos importante, está vinculada à disposição do poder público nos dois países em buscar uma integração neste campo. No caso do Brasil e da Argentina, não existem, internamente, consensos nacionais que apontem para esta necessidade. Ao contrário, houve indecisões e os governos não demonstraram um interesse real. Em 1980, foi assinado um acordo entre ambos, com o objetivo de promover o intercâmbio de cientistas e projetos conjuntos de pesquisa, mas sem muito impacto. Em 1985, começou o programa de cooperação igualmente com pouco êxito. Recentemente, houve em Brasília a primeira reunião

da Comissão Mista de Ciência e Tecnologia do Mercosul, ampliando um pouco as expectativas neste campo.

Apesar destas limitações, existem alguns esforços no sentido do que preferimos chamar de cooperação científica e tecnológica, uma vez que está longe de atender os requisitos de uma integração.

No campo universitário, existem programas que merecem ser assinalados. A Capes mantém em parceria com a Fundación Antorchas um programa de financiamento de projetos universitários comuns e junto com o Ministério da Educação, um programa de bolsas. O CNPq, a seu turno, reserva para seus Grupos de Pesquisa um papel de destaque para o diálogo com pesquisadores de universidades do Mercosul.¹⁸

Estes incentivos não são utilizados da mesma forma nas diversas áreas da academia. Nas ciências exatas, onde, na Argentina, existe maior tradição de pós-graduação, o intercâmbio se faz mais presente. Na Física, por exemplo, existem experiências de interação bem sucedidas, como o caso de pesquisadores argentinos importantes que vieram atuar em centros brasileiros, ou da participação de físicos de ambos os países em projetos comuns, como o Projeto Auger (construção, na Argentina, de um observatório de raios cósmicos) ou da cooperação no Laboratório de Luz Sincrotron. Na área de pesquisas em assuntos ambientais, a UFRJ e a Fundação Bariloche associaram-se a instituições de terceiros países, criando o Centro Internacional de Mudanças Globais.

Nas ciências humanas e sociais, por sua vez, a cooperação é mais limitada. A diferença de titulação entre os pesquisadores dos dois países inibe um pouco a cooperação nos canais mais formais.

De qualquer forma, aos esforços das agências financiadoras somam-se as iniciativas dos pesquisadores. O Mercosul deu mais visibilidade às ações de intercâmbio e, em seu interior, multiplicaram-se os congressos e encontros regionais promovidos por brasileiros e argentinos. Uma experiência muito interessante foi a criação, com êxito, na Argentina, da revista *Ciencia Hoy*, versão da brasileira *Ciência Hoje*, da SBPC.

Em termos legais, também existem dificuldades. A circulação de cientistas é custosa e vista em termos administrativos desde o Brasil como qualquer viagem ao exterior, limitando eventuais vantagens que deveriam marcar um projeto de, a longo prazo, chegar-se a um mercado comum. O acesso de pesquisadores argentinos a bolsas de pesquisa no Brasil em alguns casos é restrito e mantém-se um ranço provinciano em universidades brasileiras, que inibe a presença dos estrangeiros.¹⁹

Além da cooperação científica no campo da universidade, existe também uma possível cooperação tecnológica, vinculada a setores de ponta da economia, que reduziria as barreiras para a cooperação econômica e que seria importante assinalar. Entre 1986 e 1988, foram assinados diversos Protocolos de Integração, buscando articular setores relevantes para o desenvolvimento nacional, o que se apresentava como importante marco de cooperação entre os dois países. Neste caso, junto à interação no campo do conhecimento, pretendia-se estabelecer uma convergência dos sistemas regulatórios das áreas em questão. Os exemplos mais relevantes são da biotecnologia, da tecnologia da informação e das telecomunicações; nos três casos, de grande relevância para o crescimento econômico dos dois países.

No campo da biotecnologia moderna, apesar de ter sido contemplada nos Protocolos de Integração de 1986, as pesquisas e o desenvolvimento nos dois países encontram-se vinculados mais às empresas transnacionais e em estágios diferentes.²⁰ Embora os produtos derivados da biotecnologia tenham começado a se difundir na região há pouco tempo, os marcos regulatórios da questão no caso de Brasil e Argentina têm um contraste muito forte. Na Argentina, estes apontam para uma política relativamente favorável, conjugada com uma boa receptividade dos agricultores ao método, e com a participação da diplomacia do país no Grupo de Miami, que se opõe a restrições ao comércio de transgênicos.²¹ No Brasil, por outro lado, existe uma política mais restritiva e que desperta polêmica e pressões provenientes de produtores, organizações civis e alguns estados, como, no caso atual, do Rio Grande do Sul.

Os fundos públicos de pesquisa, limitados, orientam-se mais para a ciência básica. Como uma das experiências exitosas que poderiam servir como modelo está a criação do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia que, atualmente, tem muitos projetos binacionais em andamento, assim como ministra cursos para estudantes dos dois países.

Em relação à tecnologia da informação, existem também limitações que esbarram mais na falta de uma unidade na forma dos dois países de enfrentar o desafio, assim como nas pressões externas ao bloco para a liberalização do comércio destes produtos. As políticas de incentivo ao desenvolvimento do setor nos dois países tiveram duração limitada, embora no caso brasileiro tenham tido mais destaque. Por outro lado, nenhum dos dois países assinou o tratado internacional que busca regular as negociações no setor. Em seu interior, o Mercosul vem negociando uma política comum de comércio e desenvolvimento industrial para a informática que busca estabelecer padrões de comércio e tarifas; conforme já foi visto, é uma das áreas sensíveis do Grupo.²² No Brasil, existem esforços mais visíveis para o incentivo da

produção nacional, que se manifestam no campo científico, através de parcerias no desenvolvimento tecnológico entre as principais universidades e centros de pesquisa do país com as empresas de informática. A Argentina não conta com uma política específica para a indústria do setor. A Escola Brasil-Argentina de Informática, criada em 1985, enfrentou dificuldades e foi desativada. No entanto, pode-se notar alguns esforços, como a cooperação entre instituições dos dois países na pesquisa (como o caso do Centro de Tecnologia Informática e o Instituto de Tecnologia Industrial) assim como, ao contrário do caso da biotecnologia, os esforços externos de ambos em defender posições convergentes nos foros multilaterais.

Outro setor importante é o de satélites de comunicação, que vem ocupando um papel central no processo de globalização econômica e cultural, o que lhe dá destaque nos debates sobre desenvolvimento, soberania nacional e coordenação supranacional.²³ No entanto, apesar desta importância, no caso de Brasil e Argentina, a cooperação entre ambos no setor se restringe ao campo comercial. Nos anos 70, enquanto, no Brasil, iniciava-se uma colaboração entre as empresas estatais e as universidades, na Argentina, as primeiras pesquisas não foram levadas adiante e a questão ficou vinculada às Forças Armadas.

Na década de 80, com a evolução tecnológica e a maior utilização dos satélites, o Brasil implantou a Sistema Brasileiro de Telecomunicações via Satélite, que expandiu a capacidade brasileira no setor, enquanto a Argentina alugou a capacidade do sistema PanAmSat. Na primeira metade dos anos 90, a Embratel buscou participar de um consórcio de empresas estrangeiras, liderado pela Nahuelsat argentina, mas terminou abandonando o projeto e limitando-se a lançar o Nahuel 1, cedido em termos comerciais.

4. INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA

A área de energia esteve por muito tempo entre as mais sensíveis nas relações entre o Brasil e a Argentina, apesar de apresentar características de complementaridade em muitos dos subsetores envolvidos.

Como recurso renovável comercial, a energia hidrelétrica é o mais importante e mais econômico do mundo, sendo produzida em mais de 150 países.²⁴ Durante os anos 70, a construção da hidrelétrica de Itaipu opôs fortemente os dois países, com a Argentina esgrimindo contra o governo brasileiro as regras do Direito Internacional referentes ao uso de rios internacionais. A obstinação do governo militar aqui instalado, porém, tratava o

empreendimento conjunto com o Paraguai como essencial ao projeto então vigente de transformar o Brasil em potência mundial até o fim do século. A colossal usina prestava-se, também, a intentos geopolíticos, com a virtual anexação da economia paraguaia. Brasília comprometeu-se a financiar a parte que caberia a Assunção no investimento e, concluídas as obras, a comprar o excedente da energia destinada ao sócio menor que, evidentemente, não teria como consumi-la.

Apenas em 1979, os argentinos, já bem mais conscientes da inexorável perda de posição de sua economia frente à brasileira, viriam a aceitar o fato consumado da represa. Haviam perdido em todas as suas argumentações.

Duas décadas mais tarde, discute-se a formação de um mercado comum de energia. Cumpriram importantes papéis nesta evolução o Subgrupo Técnico número 9 do Mercosul e a Comissão de Integração Elétrica Regional.

No lado brasileiro, em razão da escassez de recursos fósseis, a opção pela eletricidade foi natural, ainda mais que o território nacional propiciava a construção de usinas hidrelétricas, excetuando-se as regiões amazônicas (onde se construiu Balbina, com sérios danos ambientais). Deste modo, a participação da energia elétrica na matriz energética do país é das maiores do mundo, atingindo aproximadamente 39%, dos quais 96% provêm de usinas hidrelétricas.

Na Argentina, cuja população concentra-se distante da área de potencial hidrelétrico, a disponibilidade de petróleo e gás natural fez com que predominassem as termoeletricas (as hidrelétricas respondem por 47% da capacidade instalada). Em anos recentes, a opção adotada pela Argentina tem crescido, mundialmente, com o desenvolvimento de geradores de maior rendimento. Na América do Sul, o uso mais intensivo das reservas de gás natural da própria Argentina, da Bolívia, do Brasil e do Peru também reforçam esta modalidade. Destaque-se que as estimativas das taxas de crescimento do consumo de energia elétrica até 2010 são de 4,5% no Brasil e de 4,7% na Argentina.

Em todas as atividades relacionadas à geração e distribuição de energia, detecta-se o mesmo pano de fundo: diminuição do papel do Estado, que se torna agente fiscalizador e regulador, maior participação da empresa privada e desnacionalização. Os argentinos começaram primeiro, criando o Ente Nacional de Regulación de la Electricidad (ENRE), derivado de uma lei de 1992. Não se pode esquecer que o Governo Menem, entre 1991 e 1994, privatizou 90% do setor energético do país, com apoio do Banco Mundial. Sua energia elétrica fundamenta-se hoje em mercados atacadistas (de que o Mercado Eléctrico Mayorista

é o maior) geridos pela Cia. Administradora do Mercado Atacadista, uma sociedade civil sem fins lucrativos, que define o preço da energia.²⁵

O Brasil reformulou seu sistema elétrico três anos depois, em 1995. A Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel, surgiu em 1996 e, em 1997 e 1998, foi a vez do Mercado Atacadista de Energia (MAE), do Conselho Nacional de Política Energética (Cnpe) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ainda em implantação, mas já testado – com sérias restrições – no episódio do "apagão" do primeiro semestre de 1999. O MAE administra e contabiliza a comercialização da energia, o Cnpe promove o aproveitamento racional de energia e o ONS otimiza a operação do sistema.

Atualmente, as estruturas dos dois países podem intercambiar energia, sendo que a Aneel autoriza as importações e exportações brasileiras, enquanto, na Argentina, tais operações são registradas como demanda virtual (importações) e usina virtual (exportações).

A complementaridade aqui expressa, predomínio de termoeletricas na Argentina e de hidreletricas no Brasil, necessitará, porém, para perfeita exploração de sinergias, que assimetrias persistentes nos aspectos legais, regulatórios, e de preços, sejam ultrapassadas.

Outra área importante no caso da cooperação energética é a da energia nuclear.²⁶ No Brasil, assim como na Argentina, a política nuclear foi historicamente elaborada e conduzida por um círculo mais restrito, sem a comunidade científica e longe das atenções da opinião pública. O Acordo Bilateral de Inspeções Mútuas entre Argentina e Brasil, consubstanciado na ABACC e com participação da Agência Internacional de Energia Atômica, abriu caminho para uma aproximação, mas a expansão do uso da energia nuclear vem sendo questionada atualmente.

Tal situação de descrédito pode ser contraditória com as previsões de esgotamento das reservas petrolíferas nas próximas décadas. Aqui mesmo, as reservas argentinas têm como limite de exploração, nas condições atuais, segundo algumas fontes, o ano 2006. Para o Brasil, antes da nova descoberta promissora da Bacia de Santos, a projeção do início do fim estava no ano 2013 (a Venezuela continua sendo o mais bem aquinhado, com seu horizonte de extração até o ano 2056). A grande empresa argentina do setor, a YPF, considera que o declínio ocorrerá a partir de 2010.

Também neste setor, os argentinos avançaram mais do que os brasileiros na aplicação das regras do chamado Consenso de Washington, desregulamentando-o totalmente. Sequer possuem um plano nacional de abastecimento, ou controle de estoques. A YPF, além de privatizada, tem 62% de seu capital em mãos estrangeiras. No Brasil, apenas no atual

governo, em que as participações dos capitais nacionais, públicos e privados, no PIB regrediu a níveis anteriores aos do Governo Geisel, avançou-se no desmonte da presença estatal. Fez-se uma Nova Lei do Petróleo e se criou uma Agência Nacional do Petróleo, entregue ao genro do Presidente Cardoso. A estatal mais emblemática do Estado-empresário foi mantida, mas perdeu seu monopólio, devendo estabelecer parcerias com empresas estrangeiras, livres para se abastecer de equipamentos em seus países de origem. Neste contexto, no entanto, fez-se o maior projeto binacional sul-americano desde Itaipu: um acordo comercial entre a Petrobras e a então (1992) estatal boliviana de petróleo, a YPFB, para exploração do gás natural da Bolívia, através de gasodutos que se articularão também à Argentina e ao Peru.

O afastamento entre brasileiros e argentinos, pré-Sarney e Alfonsín, provocou o absurdo de, até 1990, o Brasil, dependente de pesadas importações de petróleo, não se abastecer na Argentina, auto-suficiente e capaz de exportar. Hoje, apesar de as importações brasileiras serem declinantes, convém manter e estender os vínculos. Afinal, a produção brasileira é de óleos pesados e a argentina, de óleos leves, interessantes para o parque de refino do parceiro maior.²⁷ Além disso, o Mercosul permite compras mais baratas, pois o Imposto de Importação sobre petróleo e derivados, no Brasil, pode chegar a 9%, e o fornecimento argentino é o próximo, garantindo maior segurança em uma área vital. Cabe atentar para o fato de que a desregulamentação, que segue no Brasil, desprotegeu o consumidor quanto aos custos de oportunidade.

O ideal é que se promova a integração das indústrias petrolífera e petroquímica brasileiras com as de petróleo e gás natural argentinas. Neste sentido, já se tem o Projeto MEGA, entre a Petrobras e a YPF, para a construção de uma unidade de processamento de gás natural na Argentina. A propósito, boa oportunidade de integração se perdeu quando, em 1995, o Pólo Petroquímico de Bahia Blanca teve privatizado parte de seu complexo e a Copesul, empresa brasileira controlada por Ipiranga, Odebrecht e Petroquisa foi derrotada pela associação Dow Chemical/YPF/Itochu.

A má percepção do setor, aliás, não vem de hoje. O Brasil está mais atrasado do que quase todos os países sul-americanos detentores de reservas de gás no aproveitamento desta fonte energética, pois apenas o queimava, vendo-o como concorrente do petróleo. Com efeito, o gás natural responde por meros 3% do consumo brasileiro de energia, enquanto, na Argentina, ocupa 33%. Este atraso cria a situação paradoxal de que a Petrobras seja obrigada a desperdiçar 7 milhões de m³ de gás por dia e que o gasoduto Brasil-Bolívia, projetado para escoar 8 milhões de m³/dia, escoe 4 milhões. A Argentina, por sua vez, desde 1998, tem

acordos com Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela, para a integração e a criação de empresas multinacionais que lhe permitiriam exportar mais gás. Para atender a demanda brasileira, a maior oferta poderia vir da Venezuela, mas sua situação geográfica tolhe sua escolha e, por conseguinte, Peru, Bolívia e Argentina evoluem como grandes supridores. A tarefa do Estado, nesta nova conjuntura, exigirá articulação afinada com o setor privado.²⁸

Também aqui Menem chegou primeiro, desmembrando a estatal Gas del Estado em onze empresas, sendo duas grandes, Sul e Norte, e nove pequenas, e criando uma agência reguladora, a Enargas. O Brasil caminhou mais lentamente e pretende liberar até agosto de 2000 os preços dos derivados de petróleo e do gás natural e eliminar os subsídios de equalização ao álcool anidro e ao hidratado (que provocam as restrições argentinas ao açúcar brasileiro, o mais competitivo do mundo).

Para todas essas áreas, o Acordo de Buenos Aires, de 1996, ao prever iniciativas binacionais no campo energético, poderá propiciar a efetiva integração regional no setor.

5. IDENTIDADE DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL E DA ARGENTINA SEGUNDO FEDERICO MERKE.

2.1 O Caso do Brasil

A identidade política externa do Brasil foi amplamente investigada pelo autor Federico Merke em que aponta que o Brasil possui dois pontos fundamentais na sua postura de política externa, sendo a primeira um discurso realista-liberal e o outro uma postura equidistante das realidades da América Latina, senão vejamos:

Un análisis detallado de los discursos de identidad internacional en Brasil revela la existencia de dos tradiciones discursivas. La primera tradición es la que llamo una identidad internacional ‘realista-liberal’. Esta tradición pensó al país como un Estado pacífico, satisfecho geopolíticamente, aliado de Estados Unidos y llamado a ocupar un lugar de prestigio en el sistema internacional. Bajo este discurso, la política exterior logró posicionarse como un ámbito del Estado que demanda consenso y continuidad y que está por encima de las pugnas políticas domésticas.

De acordo com este conceito o Brasil no âmbito internacional possui interesses claros quanto a uma abertura ao liberalismo, passando a imagem de um país aberto aos mercados, satisfeito geopoliticamente e com claros interesses na integração com a finalidade precípua de atender aos interesses liberais dos Estados Unidos, um dos seus principais aliados. Porém, em contrassenso à esta postura adota uma posição de afastamento da realidade dos demais países da América Latina, sob o argumento de não intervir em situações domésticas.

Merke aponta que este distanciamento político do restante dos países da América Latina decorre de um processo histórico, pois o Brasil sempre trouxe clara a noção de sua origem direta do Império Português, o que o deixava mais próximo do restante da Europa, razão pela qual resta evidente a ideia de que muito embora estivesse próximo dos Estados Unidos, adotando uma visão realista-liberal, demonstrava resistência à adoção da doutrina Monroe, que buscava o fim do colonialismo europeu.

Dentro de um processo realista-liberalista é cediço que o principal foco é abertura de mercado, a democratização, a busca da paz e felicidade por meio da livre iniciativa, o que leva a ter uma visão realista sobre toda a circunferência de potenciais de mercados, levando os países a adoção de posições firmes e muitas vezes intervencionistas.

Porém, no âmbito doméstico da América Latina o Brasil adota uma posição de equidistância em razão do próprio processo histórico, vez que foi a única província lusitana da América Latina, não intervindo em decisões políticas tomadas internamente pelos vizinhos do cone sul.

Esta política do Brasil levou à uma animosidade entre países da América Latina que não viam uma forma de integração durante boa parte da sua história, cenário este que foi mudado com as tentativas do diplomata brasileiro Barão de Rio Branco na assinatura do Pacto do ABC, como bem explica Luiz C. Villafane G. Santos:

Essa concepção de América Sul – abrangendo basicamente o Cone Sul – é absolutamente coerente com a principal iniciativa da diplomacia brasileira para a região nesse período: o Tratado do ABC (entre o Brasil, Argentina e Chile). As tratativas do Barão do Rio Branco, em 1907 e 1909, para a assinatura desse acordo foram frustradas pelas rivalidades regionais e a proposta só se concretizou em 1915, já na gestão de Lauro Müller.

Segundo autor as tensões do âmbito doméstico da América Latina possuem o ranço histórico de uma ideia de superioridade do Brasil que trouxe consigo tradições e culturas de uma monarquia europeia (Portugal), em relação aos demais países da América Latina, no qual o Brasil sempre acentuou um sentimento de inferioridade dos demais países.

A tentativa de uma união proposta pelo Barão de Rio Branco surge após várias tensões entre os países vizinhos, sendo uma das principais a própria guerra do Paraguai que trouxe reflexos para política externa até os dias atuais, pois a tríplice aliança formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai foi crucial para que os “amigos” criassem posteriormente o MERCOSUL, tendo em vista a grande proximidade formada neste período.

Assim, aos poucos vê-se que desde a política integracionista do Barão do Rio Branco, até os marcos atuais, o que se vê ainda é um certo distanciamento entre os países da América latina que, com razão, ainda olham para o Brasil com certa desconfiança quanto às intenções integracionistas, mormente pelas suas claras características realista-liberais.

O próprio MERCOSUL, em que o Brasil faz parte como membro, imputa uma liderança estratégica ao Brasil, mas o olha com certa desconfiança, pois a postura da não intervenção doméstica causa certa insegurança aos demais países que esperam não apenas o apoio econômico, mas, também, uma posição realista-liberal, como ele mesmo se denominada, com um cunho quase libertária que pudesse trazer ordem política aos seus aliados, ou seja, levar a bloco a ter mais protagonismo e relações no âmbito internacional.

5.2 O Caso da Argentina

A política externa da Argentina trilhou um caminho diferente da política externa brasileira, pois seu ponto de interseção entre a política econômica e social não estava pautada em discursos sobre capitalismo e socialismo, mas, sim, num parâmetro desenvolvimentista.

O ideal de industrialização com foco no desenvolvimento levou a Argentina a uma abertura maior às economias e culturas europeias, diferentemente no Brasil que se fixava no eixo norte-sul. Desta forma, a Argentina dentro deste processo histórico de abertura de mercado e industrialização passou a ter uma cultura mais cosmopolita e social, portanto, mais próximo de um realismo-liberal que o próprio Brasil, cujo discurso sempre foi pautado nas ideias liberais.

Sobre o discurso internacional da Argentina Federico Merke aponta quatro eixos fundamentais, sendo o primeiro a própria identidade liberal que buscava uma civilização moderna e agressiva no ganho de mercado, e a segunda se pautava em vencer condições internas que impediam este progresso como as questões geográficas, os índios, as barbáries. Bem como o terceiro aspecto se fundou em discursos jurídicos que levou a Argentina no âmbito internacional a se posicionar como defensor das liberdades e igualdades, *in verbis*:

La primera es la identidad internacional del 'liberalismo' y consistió en definir a la Argentina como un desierto que debía ser civilizado, una república que debía instituirse en paz y un mercado que debía insertarse en los mercados internacionales para alcanzar el progreso [...] El Otro de esta identidad sería esencialmente interno antes que externo: el caudillo, la montonera, el desierto, el indio, la barbarie. América Latina tendrá un lugar muy marginal en la identidad liberal por representar todos aquellos aspectos [...] La tercera tradición es el 'desarrollismo' y consistió en definir a la Argentina como un país subdesarrollado, ubicado en la periferia del sistema internacional [...] Finalmente, la identidad internacional 'normativa' consistió en definir a la Argentina como un miembro responsable del sistema

normativo internacional y un firme defensor de la igualdad jurídica de los Estados en la comunidad internacional.

O padrão desenvolvimentista da Argentina não tem como foco central a política, mas, um desenvolvimento social que o deixou mais próximo das demais políticas internacionais mundiais, pois a sua abertura permitiu que conseguisse superar os entraves internos para um processo de industrialização e desenvolvimento.

A influência galgada pela Argentina no âmbito internacional novamente trouxe à tona a mesma animosidade existente anteriormente entre os países do Mercosul, que o levou a um conflito de interesses com o próprio Brasil em um papel de liderança regional a nível mundial, senão vejamos as lições de Raul Bernal Meza:

Não obstante, o paradoxo é que, enquanto o Brasil buscou (ou aspirou, ao menos) um reconhecimento internacional como potência média – objetivo definido de Itamar Franco e Fernando Henrique – e declara aspirar à liderança no Cone Sul, questões todas de *alta política*, privilegiou permanentemente a dimensão comercial como a forma de inserção internacional; enquanto a Argentina, que declarou, sob Menem, sua opção pelo paradigma *trading state*, formulando, por sua vez, seu próprio paradigma *cidadão-cêntrico*¹², questões que remetem a uma leitura de *baixa política*, privilegiou a "dimensão política" na inserção internacional (aliança com os Estados Unidos e a OTAN; política de segurança; conflito com o Brasil em torno do tema da representação no Conselho de Segurança da ONU, etc.).

Assim, resta evidente que a Argentina adotou uma política de negócios levando as alianças internacionais com mais abertura, tanto para questões comerciais quanto políticas, ganhando forte influências no âmbito internacional, que o leva a também ser cogitado como uma possível potência regional, embora as crises políticas e econômicas sofridas nos últimos anos.

Esta forte influência política argentina tem garantido uma participação efetiva do país em diversos debates mundiais se destacando como membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como membro da Organização das Nações Unidas (ONU), ocupando papel de destaque em debates de temas relevantes internacionalmente.

No âmbito econômico a Argentina se fortaleceu no setor industrial e este crescimento impacta diretamente na economia do próprio MERCOSUL que conta com o potencial industrial da Argentina.

Contudo, as constantes oscilações na política interna da Argentina, além de fatores de economia externa, têm levado a crises financeiras que de fato serviram para mostrar o

potencial de influência e confiabilidade da Argentina no âmbito internacional que em razão do prestígio obteve empréstimos do FMI no governo de Mauricio Macri.

6. POSIÇÃO DO BRASIL E ARGENTINA FACE AO MERCOSUL

Para a criação Mercado Comum do Sul – MERCOSUL o Brasil e a Argentina tiveram que dar confluência aos seus interesses internos a fim de buscar uma integração regional e o fortalecimento econômico dos dois países e seus aliados políticos.

Este interesse surge em um momento em que aconteceu um forte movimento internacional na criação de diversos blocos econômicos regionais, bem como do forte impacto que estas uniões econômicas a nível mundial estavam causando na economia global.

Desta forma, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai celebraram o Tratado de Assunção em 1991, em que ficou estabelecido um mercado comum, com aparência inicial de uma união aduaneira, com tarifas comuns e o livre comércio para a facilitação da circulação de mercadorias entre os países e um estreitamento da política econômica.

A política externa do Brasil e Argentina teve que dar um salto quântico, pois as animosidades existentes entre eles já estavam sendo flexibilizadas desde a intervenção do Barão do Rio Branco com a assinatura do Pacto do ABC, o que possibilitou uma baixa no protecionismo entre Brasil e Argentina, que são os maiores países integrantes do MERCOSUL.

Contudo, com passar do tempo e diante de diversas crises econômicas a política externa do Brasil e Argentina pouco a pouco foi tomando novos contornos levando os dois países a tomarem decisões pautadas nos interesses do bloco econômico.

Geraldo Caetano bem leciona sobre os rumos da política do MERCOSUL na década de 90, *in verbis*:

No por esperada, la crisis que detonó en los primeros meses de 1999 dejó de impactar con mucha fuerza al MERCOSUR, sumiéndolo en una situación extremadamente difícil. En enero de ese año, el gobierno brasileño dispuso una severa devaluación del real como medida extrema para responder a la crisis financiera desatada, lo que afectó de inmediato todo el cuadro comercial de la región. La caída pronunciada de las exportaciones de los demás miembros del bloque provocó en verdad una situación crítica y alarmante en sus proyecciones previsibles. No faltaron entonces incidentes diplomáticos dentro del MERCOSUR, como el que generó la “sugerencia” del Presidente argentino Carlos Menem en relación a su propuesta de dolarización del conjunto de las economías MERCOSUREñas, como mecanismo casi inexorable para enfrentar la crisis internacional y los desequilibrios internos del bloque en materia cambiaria. En ese contexto, los

gobiernos de los Estados Partes comenzaron en forma unilateral a diseñar y a implementar medidas en procura de diversificar el destino de sus exportaciones, de modo de escapar en lo posible a la dependencia respecto al mercado brasileño, que en aquel momento especial derivaba forzosamente en un cuadro muy deficitario. Mientras se intentaba con escaso éxito la negociación de medidas compensatorias para paliar las pérdidas comerciales, el gobierno argentino avanzaba decididamente –en conexión cercana con los EEUU– en la perspectiva de lo que luego sería su Plan de convertibilidad.

Neste contexto podemos ver que os rumos dados ao MERCOSUL dependem basicamente de uma consonância entre a política externa do Brasil e da Argentina, ao que a instabilidade das decisões, ora liberais, ora conservadoras, tendem a causar desconfiança no âmbito internacional.

Assim, os contornos do futuro do MERCOSUL estão atrelados basicamente ao modelo de política externa do Brasil e da Argentina que juntos tendem a flexibilizar seus modelos de política externa trazendo um novo paradigma em nome da abertura de mercado e demais interesses do bloco.

Quando falamos nas decisões do MERCOSUL não podemos olvidar que em toda a América Latina também temos outros protagonistas como a própria ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), cujos Estados partes são membros associados ao MERCOSUL.

A concertação entre os objetivos da ALADI, juntamente com o MERCOSUL tem levado à ampliação de programas de desenvolvimento em vários setores não apenas econômico.

Tal interesse se dá, pois sendo o MERCOSUL liderado pelo Brasil e Argentina que possuem forte protagonismo internacional, bem como tendo angariado membros no decorrer de sua criação como Uruguai, Paraguai, Venezuela e Bolívia - que está em processo de integração – tem ganhado cada vez mais força e visibilidade no âmbito internacional.

Outro aspecto importante para os novos rumos do MERCOSUL é a mudança da política interna do Brasil que passou ser mais real-liberalista, como sempre pretendeu o Brasil, com o Governo de Jair Bolsonaro, galgando, assim, maior confiabilidade econômica na política exterior, tendo, inclusive, levado o MERCOSUL a firmar acordo de livre comércio com a União Europeia em 28 de junho de 2019 em Bruxelas, após 20 anos de negociações.

A confiabilidade dos países europeus para negociar com o MERCOSUL se deu ante a mudança da política externa e interna do Brasil, apontado pelos próprios membros do MERCOSUL como um dos líderes regionais, mas, que para se manter deve manter coerência

e constância, mormente pela grande crise política e econômica sofrida pela Argentina, bem como da tendência a uma postura protecionista dos demais países da América Latina.

Como bem explicitou Sérgio Vieira no site Agência do Senado o acordo de livre comércio com a União Europeia ainda depende de aprovação do Parlamento Europeu e do parlamento dos 32 países membros, sendo que para sua conclusão dependerá de uma postura coerente dos países membros do MERCOSUL:

A política também será fundamental para que o acordo saia do papel e seja realidade no cotidiano de quase 800 milhões de europeus e sul-americanos. Isso porque, o texto final terá que ser analisado pelo Parlamento Europeu e pelos 32 parlamentos dos países envolvidos.

Portanto, uma cuidadosa concertação política terá que ser feita nos próximos anos para garantir a efetivação das novas regras. Os otimistas preveem a entrada em vigor do acordo em cerca de dois anos. Os pessimistas, em até quatro.

Fonte: Agência Senado

Esta concertação política mencionada pelo autor permeia sobretudo a política interna e externa do Brasil, considerado a nível mundial um dos líderes regional, bem como Argentina que tem grande potência político-econômico, ao que a harmonia e coerência entre os mesmos levará todo o bloco a adotar políticas macroeconômicas comuns capaz de se adaptar aos sistema de negociação europeu.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese o histórico da formação da política externa do Brasil, na atualidade nota-se uma aproximação maior do discurso realista-liberal, pois o Brasil tem tomado a abertura de mercado e desenvolvimento econômico como prioridade nas relações internacionais, bem como tem se posicionado melhor nas questões externas de interesse global assinando tratados e acordos internacionais de abertura econômica e flexibilização do comércio.

Desta forma, o Brasil está paulatinamente tomando o seu papel de líder regional nos âmbitos internacionais, ao passo que a Argentina ainda busca uma definição de sua política interna, pois mesmo tendo maior abertura ao liberalismo as crises políticas do país têm o tornado mero protagonista na política sua externa, muita embora tenha grande confiabilidade da comunidade internacional.

O aumento da confiabilidade entre os países da América Latina liderados pelo Brasil e pela Argentina tendem a ser bem vistos aos olhos da política internacional.

A convergência das políticas externas do Brasil e Argentina, mormente as afetas ao MERCOSUL, são primordiais para o crescimento econômico e político da própria América Latina no âmbito internacional e devem ser pautados em uma clara definição da identidade política externa destes dois países.

Assim, as características liberais tendem a se fortalecer, mormente em relação à abertura de mercado do MERCOSUL, porém, o protecionismo ortodoxo pode, ainda, representar um entrave político quando Brasil e Argentina tratam de política externa no âmbito doméstico causando, assim, insegurança jurídica para os demais países do bloco e do mundo, ao que havendo consenso de interesses entre os líderes do MERCOSUL sem dúvidas o potencial de expansão do bloco será reconhecido por todo o mundo.

REFERÊNCIA

CAETANO, Gerardo. **Breve Historia del MERCOSUR en sus 20 años. Coyunturas e Instituciones (1991-2011).** Disponível em < <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/07904.pdf>>. Acesso em 03/10/2018.

em 09 de setembro de 2019.

MERKE, Federico. **IDENTIDAD Y POLÍTICA EXTERIOR. LA ARGENTINA Y BRASIL EN PERSPECTIVA HISTÓRICA.** Disponível em < <http://www.eumed.net/rev/sg/02/fm.htm>>. Acesso em: 04 set.2019.

MEZA, Raul Bernal. **Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 set.2019.

SANTOS, Luis Cláudio Villafane G. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a10v48n2.pdf>>. Acesso em 08 de setembro de 2019.

VIEIRA, Sérgio. Acordo Mercosul – UE deve baratear produtos, mas forçar eficiência e produtividade. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2019/08/acordo-mercosul-ue-deve-baratear-produtos-mas-forcar-eficiencia-e-produtividade>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

Submetido em 15.09.2020

Aceito em 20.01.2021